



**Tribunal de Justiça realiza mutirão para ampliar arrecadação do Estado**

Em solenidade ocorrida no dia 9 de junho, no Salão Nobre do TJERJ, foi celebrada inédita parceria entre os Poderes Judiciário, Executivo e Legislativo com o objetivo de promover um mutirão na 11ª Vara de Fazenda Pública da Capital em benefício do aumento da arrecadação fluminense. No evento, estiveram presentes o Governador Sérgio Cabral; o Presidente do TJERJ, Desembargador Luiz Zveiter; e o Presidente da ALERJ, Deputado Jorge Picciani.

**Jurídico**



O Direito de Resposta na Mídia: seminário realizado na EMERJ discute o exercício da atividade de imprensa

**Institucional**



Tribunal de Justiça recebe visita de Conselheiro do CNJ

Mais unidades do PJERJ conquistam certificação NBR ISO 9001:2008

Novos Fóruns de Itaocara e Miracema são inaugurados

Presidente do TJERJ cria o Centro Cultural do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro (CCPJ-Rio)

Justiça Cidadã em Ação na Cidade de Deus

Semana de Prevenção e Combate a Incêndio e Pânico

Portadores de visão monocular aprovados em concurso são convocados pelo TJERJ



**Perfil**

A Diretora do Departamento de Avaliação e Acompanhamento de Projetos Especiais (DEAPE), Rosilea Di Masi Palheiro, fala de sua formação profissional, de seu percurso no Poder Judiciário e considera a importância do serviço social na ação do TJERJ.

**Cultural**

*Passaporte Digital*

Desvende o caso do desaparecimento da barra de ferramentas

*Comes e Bebes*

*Reconhecendo um vinho - considerações finais sobre o tema*

## Tribunal de Justiça realiza mutirão Para aumentar a arrecadação estadual



O Governador Sérgio Cabral, o Presidente do TJERJ, Desembargador Luiz Zveiter, e o Presidente da ALERJ, Deputado Jorge Picciani

**E**m solenidade realizada, no dia 9 de junho, no Salão Nobre do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, foi lançada uma parceria inédita entre os Poderes Judiciário, Executivo e Legislativo: um mutirão em prol do aumento da arrecadação fluminense, envolvendo juízes, procuradores, serventuários e estagiários. O mutirão está sendo realizado na 11ª Vara de Fazenda Pública da Capital. Responsável pelas execuções fiscais do Estado, a serventia judicial tem um acervo de cerca de 124 mil ações de cobrança de tributos estaduais, como ICMS, IPVA, taxa de incêndio e multas. O mutirão foi determinado pelo Presidente do TJERJ, Desembargador Luiz Zveiter: “A ideia surgiu numa conversa que tive com o Governador Sérgio Cabral, onde verificamos a necessidade de agilizar o andamento dos processos da Dívida Ativa do Estado, como forma de incrementar a arrecadação. A partir dessa conversa, resolvi fazer o mutirão”, declarou.

A solenidade de lançamento da parceria contou com a presença dos Chefes dos três Poderes estaduais; do Vice-Governador e Secretário de Obras, Luiz Fernando Pezão; do Secretário da Casa Civil, Regis Fichtner; do Secretário de Planejamento e Gestão,

Sérgio Ruy Barbosa, e da Procuradora-Geral do Estado, Lucia Léa Guimarães Tavares, entre outras autoridades.

Segundo o Presidente do TJERJ, o mutirão vai durar o tempo necessário para sanear a 11ª Vara de Fazenda. “Hoje é um marco positivo na administração do Tribunal, com relação ao Estado do Rio de Janeiro. Devemos ter, atualmente, cerca de R\$ 2 bilhões em arrecadação que poderá ser agilizada. A expectativa é promover a arrecadação efetiva de pelo menos metade desse valor. Participarão desta tarefa juízes,

procuradores, serventuários e estagiários. Vai ser um grande mutirão. Os principais réus são os maiores devedores do Estado. Vamos contribuir muito para o aumento da arrecadação, revertendo em melhorias para a população fluminense. Com o aumento expressivo da receita, o Estado vai poder desenvolver melhor suas atividades”, afirmou o Desembargador.

O Governador Sérgio Cabral destacou, inicialmente, o desempenho e a agilidade do Desembargador Zveiter, há cinco meses na administração do Judiciário Estadual: “Ressalto que, como Presidente da Assembleia Legislativa durante 8 anos, convivi com diversos Presidentes do Tribunal de Justiça deste Estado. Entretanto, atualmente, como

**“Devemos ter, atualmente, cerca de R\$ 2 bilhões em arrecadação que poderá ser agilizada. A expectativa é promover a arrecadação efetiva de pelo menos metade desse valor.”**

*Presidente do TJERJ,  
Desembargador Luiz Zveiter*





**“Vossa Excelência, Presidente Zveiter, está implementando, nesses 5 meses que parecem 5 anos, uma gestão absolutamente invejável e exemplar para todo o país.”**

*Governador Sérgio Cabral*

Governador, registro a minha forte impressão com a gestão do Presidente Luiz Zveiter. É algo absolutamente muito positivo, pela força do seu trabalho, em decorrência da agilidade e modernidade que ele vem implementando, junto com desembargadores, juízes e funcionários, no Tribunal de Justiça, esta Casa que hoje é a mais eficiente, competente e ágil do Brasil, sobretudo porque nunca perde de vista o seu cliente principal: o jurisdicionado. Vossa Excelência, Presidente Zveiter, está implementando, nesses 5 meses que parecem 5 anos, uma gestão absolutamente invejável e exemplar para todo o país”.

Sérgio Cabral referiu-se ainda à parceria entre os Poderes Judiciário, Executivo e Legislativo estaduais em benefício da população. Segundo ele, os três Poderes estão demonstrando que a cobrança é para valer: “Nós estamos sinalizando, hoje, para aqueles que estão inscritos na Dívida Ativa, que o Tribunal de Justiça, o Governo do Estado e a Assembleia Legislativa se uniram para que esses recursos sejam arrecadados, e que nós possamos aplicá-los em segurança pública, educação, saúde, obras, enfim, naquilo de que o povo tanto necessita”, anunciou. Por fim, o Governador afirmou: “Com este mutirão que o Presidente do Tribunal de Justiça propôs, nós teremos condições de - com um número maior de juízes, funcionários e com a Procuradoria do Estado integrada - aumentar muito a arrecadação. Nós enxergamos uma possibilidade grande de aumentar entre R\$ 500 milhões e R\$ 1 bilhão

**“Iniciativas como esta contribuem para o aprofundamento das relações entre os Poderes, levando-os a focarem na população que precisa de um serviço de qualidade prestado pelo Estado.”**

*Presidente da ALERJ,  
Deputado Jorge Picciani*

o que o Estado pode recuperar de recursos que se encontram hoje na dívida pública”.

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ), Deputado Estadual Jorge Picciani, lembrou que a inadimplência dos contribuintes no pagamento dos tributos resulta em menos serviços para a sociedade, e saudou a inédita união de forças dos Poderes fluminenses: “Este gesto que unifica nesta mesa os três Poderes é um exemplo que o Judiciário está dando, ao fazer esta parceria com o Executivo para arrecadar recursos que deixaram de ser pagos, na grande maioria, por maus contribuintes, em detrimento dos bons contribuintes que pagaram em dia suas altas cargas tributárias, e que depois tiveram menos serviços colocados à sua disposição, em razão da falta que esses recursos fizeram. Eu gostaria, por fim, de parabenizar o Desembargador Luiz Zveiter e o Governador Sérgio Cabral, pois acredito que iniciativas como esta contribuem efetivamente para o aprofundamento das relações entre os Poderes - independentes sim, mas harmônicos -, levando-os a focarem no mesmo interesse, isto é, na população que precisa de um serviço de qualidade prestado pelo Estado”, concluiu.

De acordo com a Procuradora-Geral do Estado, Lucia Léa Guimarães Tavares, “a dívida ativa do Estado chega a R\$ 16 bilhões. Como arrecadamos R\$ 500 milhões por ano, acreditamos que a meta de R\$ 1 bilhão para pouco mais de 18 meses seria excelente”, explicou.

Além do Juiz João Luiz Amorim Franco, titular da 11ª Vara de Fazenda Pública, vão trabalhar no mutirão os Juízes João Felipe Nunes Ferreira Mourão; Geórgia Vasconcellos da Cruz; Alessandra Cristina Tufvesson Peixoto; Cláudio Augusto Annuza Ferreira; Cristiana Aparecida de Souza Santos e Camila Novaes Santos. Também foram convocados 34 serventuários, sendo que 18 já atuam no cartório da 11ª Vara de Fazenda, e 57 estagiários. A Procuradoria Geral do Estado também aumentou o número de procuradores que atuarão no

mutirão. À frente da serventia há quase um ano, o Responsável pelo Expediente e Analista Judiciário Paulo Emílio Junqueira Cavaliere continuará gerenciando o processamento dos feitos. Uma avaliação das atividades será realizada em três meses.

Segundo o Juiz João Luiz Amorim, no ano passado a 11ª Vara de Fazenda arrecadou para o Estado do Rio cerca de R\$ 600 milhões. “Nós vamos contar com mais funcionários e mais juízes. O resultado será a redução do número de processos, atrelada a um aumento expressivo da arrecadação. Não haverá distinção entre o pequeno e o grande devedor. O nosso foco pode ir para ambos os lados. Vamos ver também quem tem condições de pagar mais rápido”, informou o magistrado.

A meta é julgar 2.500 processos por semana. As ações referem-se aos últimos cinco anos. Todos os devedores correm o risco de ter seus bens leiloados para a quitação dos débitos. Durante as audiências, haverá possibilidade de o contribuinte devedor apresentar uma proposta de parcelamento da dívida.

No final da solenidade, o Presidente do TJERJ afirmou, em entrevista coletiva, que em breve pretende fazer mudanças também para agilizar o processo de



Magistrados e serventuários prestigiam o lançamento do mutirão no Salão Nobre do TJERJ

cobrança de tributos em atraso, relativos ao município do Rio de Janeiro.

O incremento da arrecadação de estados e municípios também beneficia os cofres do Poder Judiciário, já que 4% do total das dívidas pagas nas execuções fiscais, juntamente com as custas judiciais, são recolhidos em favor do Fundo Especial do Tribunal de Justiça (FETJ).

## Unidades do TJERJ recebem certificado NBR ISO 9001:2008

Em solenidade realizada no dia 25 de junho, no Salão Nobre do Tribunal de Justiça, unidades do Poder Judiciário fluminense conquistaram a certificação NBR ISO 9001:2008, que estabelece requisitos para o Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ). A Fundação Carlos Alberto Vanzolini, uma das principais certificadoras do país, concedeu a certificação às 28ª e 29ª Varas Criminais da Capital; à 1ª Vara Empresarial; à 5ª Vara de Órfãos e Sucessões, ambas da Capital, e a recertificação às 9ª, 19ª e 32ª Varas Criminais da Capital; ao 4º Juizado Especial Cível da Capital e ao Departamento de Gestão de Acervos Arquivísticos (DEGEA) da Diretoria Geral de Gestão do Conhecimento (DGCON).

O auditor Osvaldo Pinto Ribeiro Júnior, representante da Fundação Vanzolini, entregou ao Presidente do Tribunal de Justiça os certificados NBR ISO 9001:2008 e os bótons, os quais foram repassados aos juízes e aos Representantes da Administração Superior (RAS) que participaram do projeto.

Em seu discurso, o Presidente do Tribunal de Justiça, Desembargador Luiz Zveiter, parabenizou os



O Presidente do TJERJ, Desembargador Luiz Zveiter, com a Diretora da DGCON e os juízes das unidades certificadas

serventuários e juízes e declarou: “É sempre uma grande honra verificar que uma vez mais o Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro tem se mantido pujante e engrandecido perante os demais tribunais do nosso país. Somos uma macroempresa, temos 15 mil funcionários e 900 magistrados que se dedicam diuturnamente em prestar serviços ao público. O nosso Tribunal tem feito a diferença pelo trabalho desenvolvido, pela dedicação dos funcionários e, acima de tudo, pela coparticipação dos juízes”.

A validade da certificação é de três anos. Nesse período, o sistema de gestão passa por auditorias internas e externas em intervalos programados.



## Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro

### O Direito de Resposta na Mídia



## TJERJ promove seminário sobre “O Direito de Resposta na Mídia”

No dia 24 de junho, foi promovido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro o seminário “O Direito de Resposta na Mídia”. Inaugurado pelo Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, Desembargador Luiz Zveiter, e tendo como palestrante o Juiz de Direito Luis Gustavo Grandinetti Castanho de Carvalho, o evento foi realizado no Auditório Antonio Carlos Amorim, da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro (EMERJ). Compuseram a mesa de debates o Deputado Federal Miro Teixeira; o Presidente da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), jornalista Maurício Azedo; o 1º Vice-Presidente do TJERJ, Desembargador Antonio Eduardo Ferreira Duarte; a advogada Ana Teresa Basílio; o Diretor de Redação do jornal O Globo, jornalista Rodolfo Fernandes; o Editor de Opinião do jornal O Globo, jornalista Aluizio Maranhão; o repórter especial do jornal O Globo, Chico Otávio, e o assessor de Imprensa do TJERJ, jornalista José Carlos Tedesco.

Na apresentação do evento, o Desembargador Luiz Zveiter destacou a importância da realização do seminário num momento de profundas modificações no panorama normativo que envolve o exercício da atividade de imprensa, fazendo específica menção às decisões do Supremo Tribunal Federal, nas quais foram reconhecidas a perda de vigência da Lei de Imprensa e a inexigência de diploma de curso superior para o exercício da atividade jornalística.

Nas palavras do Presidente do TJERJ, uma imprensa

livre e responsável, trabalhando com ética e correção, presta serviço fundamental para o cidadão, representando importante fator para o desenvolvimento do país. Ponderou, entretanto, que embora a liberdade de expressão e de pensamento seja direito fundamental do cidadão e, mesmo tendo a Constituição Federal assegurado a liberdade de informação jornalística, revela-se legítima a intervenção do Poder Legislativo para estabelecer parâmetros e balizamentos normativos destinados à proteção da integridade moral e da intimidade e imagem das pessoas. De acordo com o Desembargador, o direito de crítica não é absoluto. Já o direito de resposta foi

elevado ao patamar constitucional desde a Carta de 1934. Quanto a esse último direito, o mesmo vem sendo tratado com frequência pela justiça fluminense, no âmbito dos Juizados Especiais Criminais, Varas Cíveis e Varas Criminais.

Na palestra proferida pelo Juiz Luis Gustavo Grandinetti, foi apresentado inicialmente um histórico sobre o tema, inclusive no plano internacional. Em seguida, o palestrante analisou os motivos pelos quais o Supremo Tribunal Federal, embora reconhecendo a existência e a validade do direito de resposta, previsto no art. 5º da Lei Maior e na Convenção Americana sobre Direitos Humanos, acabou declarando

inconstitucional toda a Lei de Imprensa. Esclareceu haver nossa Corte Suprema entendido que a norma do §1º do artigo 1º da lei ora revogada, ao estabelecer cláusula altamente restritiva à liberdade de imprensa, acabou comprometendo a interpretação de todas as

**“Uma imprensa livre  
e responsável,  
trabalhando com  
ética e correção,  
presta serviço  
fundamental para o  
cidadão, repre-  
sentando importante  
fator para o  
desenvolvimento do  
país.”**

*Presidente do TJERJ,  
Desembargador Luiz Zveiter*



O palestrante, Juiz de Direito Luis Gustavo Grandinetti

prescrições constantes do diploma, que restou incompatível com o ordenamento jurídico atual. Afirmando que o direito de resposta se mantém em vigor no sistema jurídico brasileiro, pois se trata de direito fundamental amparado por norma constitucional, Grandinetti propôs sua regulação por intermédio da aplicação analógica da disposição do art. 60, § 1º, do Código de Defesa do Consumidor, que trata da chamada “contrapropaganda”. No entanto, entendeu o magistrado que a edição de nova legislação que assegure ao leitor o direito de receber a informação correta “situaria o Brasil na vanguarda internacional, como já ocorre com o direito do consumidor e o direito ambiental”.

Mentor da Arguição que resultou na revogação da Lei de Imprensa pelo STF, Miro Teixeira enfatizou que o direito à informação é um direito do cidadão, sendo o texto constitucional suficiente para garantir o contraposto direito de resposta. O deputado considerou, ainda, que, como a Constituição já estabelece que o direito de resposta deve ser proporcional ao agravo, o juiz teria condições de fazer a respectiva avaliação, para decidir com base no Código de Processo Penal.

No curso dos debates, mediados pelo jornalista José Carlos Tedesco, a advogada Ana Tereza Basílio ressaltou que, tanto a Constituição quanto o Código Civil, podem ser invocados, inclusive para a obtenção da reparação do dano moral gerado pela publicação indevida. Ainda

apontou que, com a perda de vigência da Lei de Imprensa, o prazo de seis meses para propor a ação e a limitação da multa não mais subsistem.

O jornalista Rodolfo Fernandes reclamou contra o que chamou de “censura prévia” estabelecida em decisões de primeira instância, apontando indenizações fixadas por juízes em montantes que põem em risco a sobrevivência dos jornais condenados.

Dados apresentados pelo repórter Chico Otávio indicam que, de todo modo, em cerca de 80% dos litígios envolvendo alegados danos morais, jornalistas e veículos de comunicação acabam vitoriosos.

Exemplo disso foi apresentado pelo jornalista Aluizio Maranhão, que mencionou o caso de cidadão listado como um dos suspeitos em operação deflagrada pela Polícia Federal, mas que acabou sendo derrotado na ação movida contra o jornal, mesmo tendo sido inocentado pela Justiça. Rodolfo Fernandes arrematou, indicando que embora a imprensa seja criticada pela exposição de pessoas nas operações realizadas pela polícia, as prisões são decretadas pelos magistrados, não pelos veículos de comunicação. Os jornalistas deixaram claro que entidades jornalísticas responsáveis dependem de sua credibilidade para continuar

Foto: Luis Henrique Vicent



O Presidente do TJERJ, Desembargador Luiz Zveiter, ao centro, com os participantes do seminário

existindo, por isso não publicam denúncias sem antes checar a consistência das informações.

Já o jornalista Mauricio Azedo salientou que a ABI, por ele presidida, aplaudiu a revogação da Lei de Imprensa, tida como “um instrumento do regime militar”.

A possibilidade de o instituto processual da antecipação de tutela ser utilizado nos

casos em que se pleiteia direito de resposta foi apresentada pelo Juiz Luiz Gustavo Grandinetti, com o esclarecimento de que, no caso de improcedência do pedido, o jornal teria direito ao ressarcimento dos custos pela utilização do espaço. A tese gerou reação entre os jornalistas presentes, para os quais a concessão antecipada do direito de resposta exauriria o objeto da causa, manchando a credibilidade do veículo, situação que não seria reversível, nem mesmo com o recebimento de reparação pecuniária.

Ao final, o Desembargador Luiz Zveiter encerrou os trabalhos, enaltecendo a riqueza dos debates.



## Conselheiro do CNJ visita o Tribunal de Justiça



O Conselho Felipe Locke Cavalcanti e o Presidente do TJERJ, Desembargador Luiz Zveiter

No dia 2 de junho, o Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, Desembargador Luiz Zveiter, recebeu o Conselheiro Felipe Locke Cavalcanti, integrante do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Na ocasião, o Conselheiro pôde conhecer a Divisão de Servidores e Redes (DISRE) da Diretoria Geral de Tecnologia da Informação (DGTEC), na sede da qual, segundo Ruth de Souza Braga, Diretora da Divisão, “o Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro (PJRJ), por questões estratégicas, decidiu guardar, em local de altíssima segurança, os servidores de missão crítica e dados vitais, como bancos de dados, aplicações corporativas e *backups*, para de maneira centralizada gerenciar todo esse parque na Sala de Monitoramento”. Destacou, ainda, que “através de programas os operadores podem saber, em tempo real, a situação de cada objeto, diminuindo assim a indisponibilidade dos recursos”.

O Conselheiro Felipe Locke também conheceu as instalações da Central de Assessoramento Criminal. Inaugurado em maio e localizado na sala 412, Lâmina II, do Palácio da Justiça, o novo setor tem como finalidade o processamento de feitos criminais de grande complexidade, encaminhados pelos juízes do Fórum Central, que versem, especialmente, sobre crime organizado, tais como ações de tráfico de entorpecentes, milícias e lavagem de dinheiro, observados, entre outros critérios, o número de réus e a extensão da instrução.

Por último, o Conselheiro do CNJ esteve na sede da Central de Mandados das Varas Criminais e dos Juizados Especiais Criminais, criada através do

Provimento CGJ nº 20/2007. Segundo Viviane Côrtes de Almeida, Diretora da Central, nesta “encontram-se lotados, atualmente, 63 Oficiais de Justiça Avaliadores, cumprindo mandados de citação, intimação, prisão, busca e apreensão, alvarás de soltura, dentre outras diligências, em 9 grandes áreas, subdivididas em outras menores dentro do município do Rio de Janeiro”.

Após a visita, indagado pela equipe da REVISTA ELETRÔNICA INTERAÇÃO acerca da sua impressão da Justiça fluminense, o Conselheiro Felipe Locke declarou que “o Presidente Luiz Zveiter tem procurado modernizar o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro e, mais do que isto, está fazendo com que a Justiça esteja cada vez mais próxima à população, levando os benefícios da paz social para toda a sociedade”.

O Conselheiro do CNJ destacou, ainda, que “o mais importante é que o TJERJ continua na vanguarda na área de Tecnologia da Informação, fazendo com que o processo digital possa se tornar uma realidade para o usuário, ou seja, fazendo com que o processo seja ágil, rápido, e a prestação jurisdicional esteja disponível ao público”.

Uma das preocupações do Conselho Nacional de Justiça, segundo o visitante, refere-se à celeridade e à efetividade da Justiça, que só podem ser alcançadas por tribunais adequados às tecnologias atuais, e que façam com que estas sejam disponibilizadas. “Tenho certeza de que o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro está fazendo com que a sua operacionalidade esteja sempre acessível à população”, afirmou o representante do CNJ.



O Presidente do TJERJ, Desembargador Luiz Zveiter, com o Conselheiro do CNJ, na Central de Assessoramento Criminal

## Presidente do TJERJ inaugura novos Fóruns nas comarcas de Miracema e Itaocara



O Presidente do TJERJ, Desembargador Luiz Zveiter, discursando na inauguração do novo Fórum de Itaocara ao lado do Prefeito Manoel Queiroz Faria e da Juíza Simone Dalila Nacif Lopes

O Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, Desembargador Luiz Zveiter, inaugurou, no dia 4 de junho, dois novos Fóruns na Região Noroeste Fluminense do Estado, nas comarcas de Miracema e Itaocara.

O novo Fórum de Miracema, edificado numa área de 5.400 metros quadrados, com quatro pavimentos, recebeu o nome do Desembargador José Navega Cretton. Nas novas instalações, passam a funcionar o Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e Especial Adjunto Criminal; as 1ª e 2ª Varas; o Juizado Especial Adjunto Cível; o Tribunal do Júri, salas de audiências, gabinetes de magistrados, cartórios, Defensoria Pública, Ministério Público, OAB e Proger, entre outros órgãos.

Segundo o Presidente do Tribunal, Desembargador Luiz Zveiter, “a importância da inauguração de um novo Fórum para uma comunidade

reside na melhora da prestação jurisdicional, em mais celeridade, melhores condições para a atividade dos funcionários e dos magistrados. Essa comunidade vai ter o privilégio de uma administração jurisdicional ainda mais efetiva”, declarou.

O Prefeito de Miracema, Ivany Samel, mencionou que o antigo Fórum era pequeno para comportar a demanda: “O novo Fórum vai servir por mais uns 30 anos. Agradecemos ao Presidente do Tribunal, Desembargador Luiz Zveiter, e aos amigos de Miracema, que conseguiram fazer essa belíssima obra”.

A Diretora do Fórum da Comarca de Miracema, Juíza Renata Palheiro Mendes de Almeida, afirmou ter plena consciência da importância das novas instalações para o município: “A inauguração de um Fórum moderno representa indeclinável compromisso do Tribunal de Justiça de nosso Estado em oferecer melhor serviço aos nossos jurisdicionados, com estrutura adequada, espaço amplo, confortável, receptivo ao cidadão”.

Construído numa área de 4.000 metros quadrados, o prédio do Fórum de Itaocara, que recebeu o nome do Desembargador Alexandre Brasil de Araújo, tem dois pavimentos, além de cobertura, em que funcionarão o Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e Especial Adjunto Criminal; uma Vara Única e um Juizado Especial Adjunto Cível, além de cartórios,

Foto: Luis Henrique Vicent



O novo Fórum da comarca de Miracema, Desembargador José Navega Cretton

RCPN, Dívida Ativa, Tribunal do Júri, salas de audiência, de Comissários de Justiça, etc. “Essa obra, com certeza, atenderá às demandas das futuras gerações, fazendo com que o Poder Judiciário possa prestar um serviço à comunidade de maneira mais eficiente”, afirmou Manoel Queiroz Faria, Prefeito da cidade.



Em seu discurso, a Juíza Simone Dalila Nacif Lopes, Diretora do Fórum da Comarca de Itaocara, afirmou: “Tenho orgulho de pertencer ao Tribunal de Justiça do Estado do Rio, que é o mais moderno, o mais rápido, o mais organizado do país, e entra a passos largos no terceiro milênio, com olhos voltados para o futuro, e nós aqui de Itaocara somos privilegiados porque podemos participar dessa evolução”.

No encerramento da solenidade, o Presidente do Tribunal Luiz Zveiter destacou: “Isso nós temos que propalar a cada dia de nossa existência como magistrados: a nossa atividade só se completa com o trabalho extraordinário de nossos servidores”, ao

Foto: Luis Henrique Vicent



O novo Fórum da comarca de Itaocara, Desembargador Alexandre Brasil de Araújo



O Presidente do Tribunal de Justiça com magistrados e demais autoridades presentes, após o descerramento da placa de inauguração do Fórum de Miracema

conclamar que o exemplo de dedicação dos serventuários do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro seja seguido.

Também estiveram presentes ao evento os Desembargadores José Geraldo Antônio, Marcus Faver, Miguel Ângelo de Barros, Antônio Izaías da Costa Abreu, e os Juízes Rodrigo Rocha de Jesus e Simone de Freitas Marreiros.

## Desembargador Luiz Zveiter cria o Centro Cultural do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro (CCPJ-Rio)

O Presidente do TJERJ, Desembargador Luiz Zveiter, atento à importância da atividade cultural na formação da cidadania, criou, em abril, o Centro Cultural do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro (CCPJ-Rio).

Em atual fase de implementação, o CCPJ-Rio abrigará e ampliará as atividades do antigo Cultural EMERJ, programa sócio-cultural-educativo, voltado para os magistrados, serventuários e o público em geral, desenvolvido com enorme êxito ao longo de oito anos na Escola de Magistratura do Estado do Rio de Janeiro (EMERJ). A apresentação da peça O Bilontra, de Arthur Azevedo, marcou o encerramento das atividades do Cultural EMERJ, quando o Presidente Luiz Zveiter anunciou a criação do novo Centro Cultural.

Baseando-se na ideia primordial de que a proximidade com o conhecimento e a interação com as diversas manifestações artísticas ampliam as possibilidades de compreensão e de reflexão acerca da realidade, o CCPJ-Rio privilegiará o conhecimento e a arte como condições essenciais à formação do cidadão, estimulando valores como tolerância, respeito e compreensão, a fim de contribuir com a Missão do Judiciário em nossa sociedade, a pacificação social.

Dentro de uma visão mais ampla do exercício da cidadania, o CCPJ-Rio abrirá as portas do TJERJ para que todos participem de um debate permanente entre Cultura e Justiça, contribuindo, desse modo, para a construção de um Judiciário do séc. XXI mais próximo do cidadão.

## TJERJ leva Justiça, cidadania e ação social à Cidade de Deus

**D**epois de ocupada pela polícia e pacificada por meio de outras ações governamentais, a comunidade da Cidade de Deus, localizada no bairro de Jacarepaguá, Zona Norte do Rio de Janeiro, recebeu, no dia 20 de junho, o projeto “Justiça Cidadã em Ação”.

Mais de duas mil pessoas compareceram ao evento, organizado pelo Departamento de Avaliação e Acompanhamento de Projetos Especiais (DEAPE) do Tribunal de Justiça. Realizado no CIEP João Batista dos Santos, entre 9 e 17h, o projeto é uma ação social em prol da cidadania e objetiva democratizar o acesso à Justiça, priorizando o atendimento às comunidades carentes; levar o Poder Judiciário até o cidadão, expandindo a prestação jurisdicional; orientar e educar a população sobre seus direitos, proporcionando meios eficientes de garanti-los, além de promover a regularização documental do cidadão.

Na abertura do evento, o Desembargador Antonio Saldanha Palheiro, Presidente da Comissão Estadual de Juizados Especiais (COJES), que na ocasião representou o Presidente do TJERJ, Desembargador Luiz Zveiter, afirmou: “Esses encontros objetivam preencher uma lacuna de serviços que não estão sendo prestados de forma satisfatória aos cidadãos. O Estado está hoje, aqui, representado pelos magistrados, defensores públicos, promotores de justiça, entre outros, para aproximar seus serviços da população”.

Em seguida, a Banda de Música Popular do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro fez uma execução do Hino Nacional e, logo após, a população local teve acesso aos serviços disponibilizados.

Terminada a solenidade de abertura, a REVISTA INTERAÇÃO ouviu algumas das autoridades presentes sobre a importância do projeto “Justiça Cidadã em Ação”.

O Desembargador Antonio Saldanha Palheiro falou sobre o fato de haver representado o Presidente do TJERJ na abertura do evento e destacou a atuação social do Tribunal: “É muito difícil representar o Desembargador Luiz Zveiter. Ele é dono de uma personalidade muito peculiar e de um carisma único, em razão da sua maneira de realizar as coisas. Quanto a este evento, faz parte de uma nova filosofia de trabalho assumida pelo nosso Tribunal de Justiça, no sentido de, além de realizar a prestação jurisdicional, se aproximar da população e contribuir efetivamente para a inclusão



Os Desembargadores Mauricio Caldas, Cristina Gaulia e Antonio Saldanha Palheiro



Os Juízes Artur Narciso, Paulo Jangutta, Maria Helena Machado, Adriana Moutinho, e os Desembargadores Antonio Saldanha, Siro Darlan e Cristina Gaulia prestigiaram o evento



Procedimento de Reconhecimento de Paternidade - Juiz Alexandre José da Silva Barbosa, da 2ª Vara de Família de Bangu





O evento proporcionou à comunidade a oportunidade de regularizar seus documentos

social e para a distribuição de Justiça em todos os seus matizes. Merece relevo, ainda, o fato de o nosso Tribunal de Justiça ser o único do país que possui uma Comissão de Avaliação e Acompanhamento de Projetos Especiais, formada por magistrados, e voltada para projetos sociais e de meio ambiente, além de todo um Departamento no caso, o DEAPE que executa as diretrizes traçadas por essa Comissão. Esta é, com certeza, uma atitude de vanguarda, por parte da Justiça fluminense”, declarou.

#### Próximas ações ocorrerão nas comunidades de Jardim Catarina, Batan e Chapéu Mangueira

O Presidente da Comissão de Avaliação e Acompanhamento de Projetos Especiais, Desembargador Mauricio Caldas Lopes, afirmou: “Não estamos aqui fazendo caridade nem filantropia. Essas pessoas têm direito a estes serviços que estão recebendo. A isto e a muito mais. Esta festa de cidadania é muito importante, pois cada pessoa envolvida nesse tipo de evento começa a ter consciência do papel que desempenha, e isso nos emociona bastante. Porque se trata de levar a essas pessoas excluídas da sociedade o mínimo dos mínimos, para que elas possam realmente aceder à cidadania, realizando-se o projeto constitucional de uma sociedade justa, fraterna e solidária”. O Desembargador lembrou, ainda, que as ações sociais não podem se restringir a um único dia. Anunciou que o Poder Público permanecerá no local, mantendo atendimentos ao menos três vezes por semana, e que o TJERJ implantará na comunidade uma mediação de conflitos menores, que possam ser resolvidos sem que seja necessário provocar o Poder Judiciário. Por fim, revelou que os próximos eventos serão realizados na comunidade de Jardim Catarina, localizada em São Gonçalo, e nas comunidades do Batan, em Realengo, e Chapéu Mangueira, Zona Norte do Rio.

Membro dessa Comissão, a Desembargadora Cristina Tereza Gaulia falou sobre o novo papel do magistrado: “Nós, magistrados, percebemos que não basta trabalhar na atividade fim de dar sentenças. É preciso, também, ir ao encontro da população, verificar e ajudar a prover suas necessidades”.

Falando em nome da comunidade beneficiada, a Diretora do CIEP João Batista dos Santos, Ieda Costa Ayres, à frente da escola há 13 anos, revelou que a pacificação da comunidade da Cidade de Deus, realizada pelo Poder Público no início do ano, mudou completamente a vida da população local. Os alunos passaram a frequentar a escola sem interrupções, o rendimento escolar aumentou bastante e a documentação dos alunos foi regularizada.

Durante todo o dia do evento, a comunidade pôde tirar dúvidas quanto aos procedimentos judiciais e dar entrada em processos de reconhecimento de paternidade, de registro de nascimento tardio, retificação de registro civil, dissolução de união estável, adoção por companheiro, alimentos, guarda e/ou tutela, conversão de separação em divórcio, divórcio direto consensual e ações relativas a Direito do Consumidor. Houve, ainda, orientações sobre saúde e trânsito; aferição de pressão arterial e intraocular; informações sobre prevenção de doenças cardíacas; atendimento fisioterápico e odontológico, etc.

Participaram, ainda, do projeto, outros membros da Comissão de Avaliação e Acompanhamento de Projetos Especiais, como o Desembargador Siro Darlan, também Coordenador do projeto “Quem sou eu?”, que trata da regularização documental do cidadão, além dos Juízes Maria Helena Machado Martins e Paulo Jangutta, entre outros convidados.



Núcleo de primeiro atendimento instalado na entrada do CIEP

## Rosilea Di Masi Palheiro



Com emoção e simplicidade, a Diretora do Departamento de Avaliação e Acompanhamento dos Projetos Especiais (DEAPE), Rosilea Di Masi Palheiro, falou à Revista Eletrônica Interação sobre sua trajetória no Poder Judiciário fluminense. A dedicação e garra com que dirige esse Departamento demonstram como a servidora é apaixonada e feliz com o que faz, sendo essa felicidade retratada no sucesso dos projetos realizados pelo Tribunal de Justiça.

### Qual é a sua formação acadêmica e profissional?

Eu sou assistente social de formação, com mestrado em Serviço Social. Quando tive de escolher, minha primeira opção foi o curso de Sociologia, mas estávamos no período do regime militar, que fechou todas as faculdades dessa área. Por isso, decidi fazer Serviço Social, que considero a prática da Sociologia. Acabei me encantando com a profissão, e, hoje, tenho a certeza de que fiz a escolha certa.

### Quando ingressou no Tribunal de Justiça?

Ingressei no ano de 1988, aprovada no primeiro concurso para assistente social realizado pelo Tribunal de Justiça. Naquela época, éramos apenas 50 profissionais. Atualmente, somos quase 300 no Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

### Poderia falar um pouco sobre sua trajetória no TJERJ?

Fui designada, juntamente com outros nove colegas, para implantar o serviço social em varas de família. Passamos dois meses assistindo a audiências para conhecer e mapear os tipos de ações que tramitavam nessas varas. Estabelecemos, assim, um projeto básico para começarmos, já que, até aquele momento, não havia atuação de assistente social nas varas de família da Justiça fluminense. Disputávamos os primeiros processos que chegavam, porque os juízes não estavam acostumados com a nossa atuação. Certa vez, um magistrado me disse: "Minha filha, nós não precisamos de você, não. Pode voltar para casa, nós sempre atuamos sem assistente social". Era um trabalho muito novo e eu fico feliz, porque o iniciamos e, hoje, nenhum juiz da vara de família atua sem assistente social. Quando surgiu o caso do *Bateau Mouche*, os juízes das varas de órfãos e sucessões

solicitaram o trabalho do serviço social. Tive, então, o prazer de atuar com o Desembargador Sidney Hartung, hoje Presidente do Conselho Consultivo da Escola de Administração Judiciária (ESAJ). Ele foi o primeiro magistrado de vara de órfãos e sucessões a encaminhar processo para um assistente social. A partir daí, outros juízes fizeram solicitações e foi implantado o serviço social em tais varas. Depois, atuei por quase quatro anos em Nilópolis, já que não havia assistente social na Baixada Fluminense. Mais tarde, foi criada a Comissão Estadual Judiciária de Adoção (CEJA), e recebi a incumbência de implantar o serviço social na "Adoção Internacional", onde permaneci por oito anos. Fico contente de ter implantado este serviço. Depois fui convidada a assumir o Departamento de Avaliação e Acompanhamento de Projetos Especiais (DEAPE) do TJERJ.

### Quando você assumiu o DEAPE?

Assumi a Direção em 2005, época em que foi criado o Departamento, na gestão do Desembargador Sergio Cavalieri. A atual gestão criou uma comissão para analisar os projetos especiais, hoje constituída pelos Desembargadores Mauricio Caldas, que é o Presidente, Cristina Gaulia e Siro Darlan, e pelos Juízes Paulo Jangutta, Maria Helena Machado Martins e Arthur Magalhães.

### Qual é a função do DEAPE?

O DEAPE é responsável pelo acompanhamento e avaliação dos projetos aprovados no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro. Acompanhamos a elaboração, o controle operacional e a avaliação da execução de projetos de cunho social. Em alguns casos fornecemos apenas o apoio logístico. Além dos projetos, analisamos todos os convênios de cunho social e os processos de doação solicitados ao



TJERJ, a fim de verificar se atendem realmente a uma finalidade social. Somos também fiscal do convênio que foi realizado com o Ministério da Justiça para a criação do Juizado da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de Jacarepaguá e Nova Iguaçu. Fizemos, ainda, o estudo para a implementação e interiorização das Centrais de Penas e Medidas Alternativas (CPMA), sendo que, na gestão do Desembargador Luiz Zveiter, foi criada uma nova comissão para regulamentar as CPMA. Acompanhamos e prestamos consultoria à elaboração e execução de vários outros projetos, como o “Justiça Cidadã em Ação”, o “Justiça pelos Jovens”, o “Jovens Mensageiros”, os casamentos comunitários, a “Justiça Itinerante”, o “Pais Trabalhando”, etc.

### O DEAPE cuida de inúmeros projetos relevantes.

#### Você poderia falar sobre o “Justiça pelos Jovens”?

O programa “Justiça pelos Jovens” atende jovens que cometeram atos infracionais. Após o cumprimento da medida socioeducativa, a Secretaria Municipal de Assistência Social, órgão responsável pelo acompanhamento da liberdade assistida, encaminha os jovens para o nosso Departamento. A partir daí, fazemos uma seleção e realizamos uma dinâmica que tem por objetivo traçar o perfil desse jovem, analisando dificuldades, comprometimentos e potencialidades. Nosso propósito maior é desenvolver nesse jovem o senso de responsabilidade e de limite, e, por consequência, a mudança de posição, para que, de adversário da Justiça, torne-se aliado e passe a buscar e valorizar as carreiras jurídicas. O índice de reincidência é menor que 1%, o que demonstra ser o projeto um grande sucesso. Atualmente, o Tribunal de Justiça está empregando setenta jovens, e há possibilidade de ampliar esse número para cem jovens. Nossa expectativa é disseminar esse projeto para a Baixada Fluminense e Niterói, descentralizando-o e propiciando oportunidades para um número cada vez maior de adolescentes. Os jovens são lotados nas áreas administrativas e operacionais do TJERJ, o que permite

que aprendam alguma profissão. Nós temos jovens, por exemplo, com bom grau de aprimoramento na área de mecânica de automóveis, sendo que alguns até já foram contratados pelo Tribunal devido ao excelente trabalho executado. Há também oportunidades nas áreas de refrigeração, elétrica e gráfica. Passamos também a criar subprojetos interligados, como por exemplo o “Estudar Para Trabalhar”, uma parceria, sem ônus para o Tribunal, com a Universidade Estácio de Sá, que oferece aula de reforço escolar de português e matemática, além de auxiliar na preparação para concurso público de 2º grau. Outro subprojeto é o “Conhecendo e Vivendo a História”, que consiste em levar os jovens a Museus, Planetário, Academia Brasileira de Letras, etc., acompanhados por guias especializados, estimulando-os a adquirir conhecimentos.

#### E como é feito esse estímulo ao jovem?

De várias formas. Um dos estímulos consiste em levar o jovem a frequentar o teatro. Fizemos convênio e passamos a receber ingressos gratuitamente. Inicialmente, os jovens resistiam. Construimos, então, uma parceria pela qual, a cada três peças assistidas, o jovem recebe um ingresso para o programa do Luciano Huck. O mais gratificante é que os jovens passaram a gostar de ir ao teatro. O outro estímulo relaciona-se àqueles jovens que se destacam no projeto, e que por isso são escolhidos para a visita a museus. A próxima visita será ao Museu de Petrópolis, em que os jovens serão acompanhados por uma professora, a fim de conhecerem um pouco da História do Brasil. Enfim, temos orgulho de possuir em nosso *portfólio* muitos projetos que agregam valor para o nosso Tribunal, sendo o “Justiça pelos Jovens” um deles.

#### Qual é o seu projeto preferido?

Meus preferidos são os projetos voltados para criança em instituição. Em minha vivência profissional, percebi que essas são as crianças que mais precisam de nós. Tive contato com um menino de dois anos de idade que possuía o lado direito todo paralisado, em



### DECLARAÇÃO

Ela é uma pessoa vocacionada para o que faz, atuando no Poder Judiciário fluminense com singular competência. Pessoa dotada de extrema sensibilidade, com capacidade para cumprir de forma excepcional todas as atribuições que lhe são conferidas. Aliada a esse perfil profissional, temos a grandeza do ser humano, que é uma particularidade especial na personalidade de Rosi Saldanha.

*Desembargadora Conceição Mousnier,  
Coordenadora da Comissão Estadual Judiciária de Adoção (CEJA) do TJERJ*

razão de espancamento; um casal de gêmeos ficou cego porque foi usado pela mãe em magia negra; outra criança estava cega por falta de vitamina A. São diversas histórias, o que me faz brigar muito por essas crianças. Quando atuava na área de adoção, eu trabalhava com crianças muito sofridas. Além de ser vítima de maus tratos na família, muitas vezes as tentativas de reintegração, através de tia, avó, ou outros membros da família, não eram bem-sucedidas e a criança retornava ao abrigo. Depois se tentava a adoção nacional, vinha o casal e a levava para casa, mas depois devolvia, porque não era o que eles esperavam. Por fim, a criança vinha para a "Adoção Internacional", com a autoestima zerada, depois de ter sido rejeitada em todas as esferas. Muitas vezes, quando eu via aquela criança feliz, ao lado de seus pais adotivos, a impressão que eu tinha era a de que estavam me pagando para ser feliz.

### Há previsão de novos projetos?

Sim. O Presidente do Tribunal de Justiça, Desembargador Luiz Zveiter, aprovou projeto com os egressos do sistema penitenciário, aqueles que cumpriram pena e não conseguem se reinserir na sociedade. Há também o projeto, proposto pela Diretoria Geral de Gestão do Conhecimento (DGCON), de se trabalhar com o portador de necessidades especiais para desmontar processos que estão no arquivo, fazer higienização das folhas e digitalizá-los. Eu estou verificando se o portador de Síndrome de Down leve é capaz de realizar esse tipo de trabalho, de ações continuadas. Sei que para o surdo-mudo é possível, porque tem um poder de concentração muito grande. Este será o primeiro projeto em que não haverá direcionamento a determinada classe social.

### E quanto ao projeto de gestão ambiental do Poder Judiciário?

Trata-se de um projeto grandioso, no bojo do qual foi constituída uma comissão, da qual o Desembargador Elton Martinez Carvalho Leme é o Presidente. Algumas ações já são praticadas, como a reciclagem do nosso lixo, do óleo dos carros oficiais, pneus e dos cartuchos de impressora. O prédio da Lamina III já faz o reaproveitamento de água de chuva. Estamos tentando uma parceria com a Ampla, para retirar todas as nossas lâmpadas queimadas, para triturar o vidro e separar o mercúrio, que é um elemento altamente poluidor do meio ambiente. Vislumbramos a possibilidade de fazer parceria com o Banco Real, para recolher pilhas e baterias de celular a fim de descartá-las em local adequado. Pretendo criar equipes multi-setoriais para acompanhar esse processo ecológico aqui no Tribunal. As pessoas fiscalizariam, por exemplo, o Departamento de Transportes (DETRA), para saber quantos litros de óleo estão retirando por mês, se estão sendo enviados para a reciclagem, se os pneus estão guardados adequadamente para não acumular água da chuva, etc. Uma vez por mês, seria feita essa fiscalização. Outra consequência importante da implantação do projeto seria a definição, como critério de desempate em licitações, da análise da gestão ambiental adotada pelas empresas licitantes, assim como a quantidade de projetos sociais por elas desenvolvidas.

### Você podia falar um pouco sobre sua família e suas atividades nas horas de lazer?

Sou casada há 33 anos, tenho três filhos, todos casados e formados em Direito. Nas horas de lazer, gosto muito de ir à praia, andar de bicicleta e curtir a família, porque como trabalho a semana toda, não tenho muito tempo. Para a mulher, isso é muito importante. Eu sempre falo para os meus filhos que, geralmente, o homem se realiza através do trabalho e a mulher, da família. Em primeiro lugar, para mim, vem a família. É minha fonte constante de inspiração e prazer.

## DECLARAÇÃO



Conheço a Rosi há algum tempo, antes de conhecer sua atuação no DEAPE. Conheci-a como mãe, esposa, avó - corujíssima - e boa surfista nas ondas de Geribá, em Armação dos Búzios, onde temos casas. Só agora que passei a presidir a Comissão de Acompanhamento de Projetos Especiais é que vim a conhecer seu trabalho, particularmente por ocasião do evento realizado na comunidade da Cidade de Deus. Fiquei impressionado com sua garra, dedicação, organização e desprendimento; a especial atenção para com os mais carentes e a profusão de idéias que lhe ocorre para cuidar do outro, da sociedade, enfim. Particularmente, cheguei a comentar com o Desembargador Luiz Zveiter, Presidente deste Tribunal, que o DEAPE não necessita de nenhum Desembargador para presidir a respectiva Comissão. Basta a Rosi.

*Desembargador Mauricio Caldas Lopes, Presidente da Comissão de Avaliação e Acompanhamento de Projetos Especiais do TJERJ*



## TJERJ promove Semana de Prevenção e Combate a Incêndio

O Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, por intermédio da Divisão de Combate a Incêndio (DICIN), promoveu, entre os dias 26 e 28 de maio, a “Semana de Prevenção e Combate a Incêndio e Pânico”. O evento, voltado ao público que frequenta o Fórum e aos funcionários, foi realizado no térreo do prédio do Tribunal. Dele participaram bombeiros militares e civis, que realizaram simulações de resgates de vítimas, oficinas de “casa de fumaça” e mostraram materiais de combate ao fogo. Foi distribuído folheto contendo medidas preventivas e conselhos úteis em caso de incêndio. O TJERJ possui atualmente 64 bombeiros, entre civis e militares, atuando no Fórum Central.

Segundo o bombeiro militar, Cabo Nardate, “com a demonstração de salvamento para a população, o objetivo da DICIN, que é uma Divisão que faz parte da Diretoria Geral de Segurança Institucional (DGSEI), é justamente evidenciar ao usuário, e também ao funcionário do Tribunal de Justiça, que temos bombeiros da administração pública preparados e bem aparelhados para qualquer situação de emergência e pânico que possa ocorrer nas dependências do Tribunal, fazendo com que todos tenham uma visão de como é feito esse trabalho, aumentando assim a percepção de segurança dentro das dependências do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro”.

### Entrevista com o Diretor da Divisão de Combate a Incêndio (DICIN), Major BM Fernando Braga

**Qual a importância desta campanha para o Poder Judiciário?**

Ela é muito importante para o TJERJ e se alinha às preocupações internacionais, com relação à prevenção e ao combate a incêndio e pânico. O Poder Judiciário apoia iniciativas que aprimorem as condições para a melhor execução de suas atividades. Portanto, esta campanha tem o objetivo principal de conscientizar funcionários e usuários do Tribunal quanto à importância da prevenção e do combate a incêndio e pânico, e, desse modo, evitar tanto a perda de processos, como a perda de vidas em nossas instalações.



O Diretor da Divisão de Combate a Incêndio, Major BM Fernando Braga

**Quais são as novidades da campanha deste ano?**

Nesta campanha, para mostrar às pessoas que existe a necessidade de mudança de comportamento dos funcionários e da Administração, nós procuramos apresentar o número de ocorrências dentro do nosso Poder Judiciário, as quais, em 2008, foram 860, entre elas: resgate de elevador, princípio de incêndio, ameaça de desabamento, arrombamento, aviso de falso incêndio, poda de árvores e até salvamento em vias públicas. Além dessa estatística, tentamos reproduzir algumas situações do nosso dia a dia, como as relacionadas à descida de rapel e “casa de fumaça”, visando, com essas demonstrações, atrair os funcionários para um treinamento mais específico, onde o participante é orientado sobre como deve proceder em situações de risco. Outro ponto é evidenciar aos funcionários a importância do papel da Brigada de Incêndio do TJERJ, além de mostrar os equipamentos disponíveis e as condições atuais de trabalho. A maior novidade da campanha deste ano foi a demonstração da “casa de fumaça”, pois tentamos chamar a atenção dos funcionários e do público e fazer com que eles vivenciassem uma ocorrência. Por último, um dos grandes objetivos da semana foi a divulgação do curso de Brigadista Voluntário.

**Em que consiste a atividade de Brigadista Voluntário de Incêndio?**

Esse curso tem como objetivo principal promover a mudança de comportamento dos funcionários. Nós

queremos, mais à frente, que realmente eles desempenhem a função de Brigadista no ambiente de trabalho, sem atrapalhar suas atividades, e, com isso, nos ajudar em casos de emergência, apoiando o nosso atendimento no TJERJ.

O senhor poderia mencionar as medidas mais importantes a serem adotadas por todos na prevenção a incêndios?

Pelas nossas estatísticas e experiência no Tribunal de Justiça, os princípios de incêndio têm ocorrido nas copas instaladas junto ao ambiente de trabalho, nos espaços onde os funcionários fazem as refeições e esquentam a comida. A principal recomendação é a de que, quanto a qualquer equipamento elétrico utilizado



Técnica de rapel para salvamento em altura

Foto: Luis Henrique Vicent

no ambiente de trabalho, como cafeteira, forno micro-ondas ou forno elétrico, antes de sua instalação sejam consultados os órgãos técnicos do Tribunal, como o pessoal da elétrica e a Brigada de Incêndio, para que se evite uma sobrecarga no sistema. Além disso, é necessária uma atenção especial ao desligamento de cafeteiras e ao manuseio da comida, pois estas têm sido as maiores causas de incêndios dentro do Tribunal. Outro procedimento importante refere-se ao uso do cigarro nas áreas em que é autorizado fumar dentro dos prédios, porque tivemos, no ano passado, seis ocorrências nessas áreas provocadas por cigarros que não foram devidamente apagados.

## Presidente do TJERJ realiza convocação inédita de portadores de visão monocular aprovados em concurso

O Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, Desembargador Luiz Zveiter, publicou, no dia 2 de junho, atos executivos de início de estágio experimental a seis portadores de visão monocular, aprovados no XXXIX Concurso Público para o cargo de Técnico de Atividade Judiciária do TJERJ.

Com base no teor da recente Súmula 377 do

Superior Tribunal de Justiça (STJ), cujo enunciado consignou que o portador de visão monocular, isto é, com capacidade de visão em apenas um dos olhos, tem direito de, em concurso público, concorrer às vagas reservadas aos deficientes, o Presidente do TJERJ decidiu convocar os candidatos Aida Maria Branquinho da Costa, Sergio de Oliveira Gonçalves, Silvana Gondim Martins, Joaquim Alves Vieira Filho, Zilah Nogueira e Adriana Faria Carvalho Pereira, uma vez que, antes da referida súmula, não havia embasamento legal para classificar a visão monocular como deficiência.

Na recepção de boas-vindas aos novos funcionários, o Desembargador Luiz Zveiter declarou: "É uma honra ter vocês aqui. Desejo muito sucesso e reitero o meu compromisso de continuar concentrando os meus esforços para prestigiar ao máximo os nossos servidores".

Foto: Luis Henrique Vicent



O Presidente do TJERJ, Desembargador Luiz Zveiter, com os portadores de visão monocular aprovados no XXXIX concurso público



# PASSAPORTE DIGITAL

Zanoni Maia Jr.

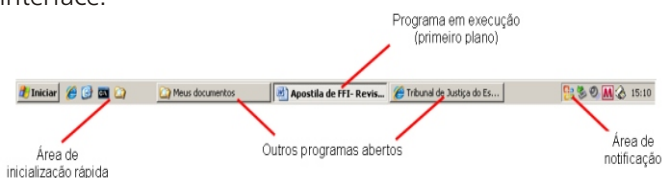
## Estação Windows: Apertem os cintos, a barra de tarefas sumiu!!!



Por mais que o título acima nos pareça engraçado, o desaparecimento da barra de tarefas é algo, no mínimo, incômodo para a grande maioria dos usuários. Como esta situação pode acontecer a qualquer um, é muito útil sabermos solucioná-la. Antes, contudo, convém dedicarmos algumas linhas para conhecer a barra de tarefas e sua função no Windows.

A barra de tarefas é um dos elementos principais da interface e sua principal função é permitir que o usuário inicie e gerencie programas de forma fácil e rápida.

Numa instalação padrão, ela fica situada na parte inferior da área de trabalho, sendo formada pela área de inicialização rápida, pelos botões de programas e pela área de notificação. A área de inicialização reúne ícones de programas que são acionados rapidamente com um único clique. Os botões de programas correspondem aos programas em execução. Já a área de notificação é onde o Windows exibe o relógio e status de eventos ou programas residentes em memória (como antivírus, layout de teclado, conexões USB e etc.). Vale lembrar que alguns autores costumam incluir o botão "Iniciar" como parte da barra de tarefas, opinião que discordamos, considerando-o como um elemento distinto da interface.



Quando um programa é aberto (executado), um botão gráfico correspondente surge na barra de tarefas. À medida que outros programas são abertos, mais botões aparecem. No entanto, chamamos a sua atenção para notar que apenas um destes botões fica destacado, indicando que aquele programa está em primeiro plano, apto a receber digitação do teclado. Os outros programas da barra de tarefas são exibidos como botões normais sem destaque.

Costumo dizer aos meus alunos que a barra de tarefas (área de botões de programas) é como um "visualizador simplificado da memória", informando que programas estão em execução naquele momento e permitindo alternar entre eles, bastando para isso clicar sobre o botão correspondente ao programa desejado.

Uma vez compreendida a utilidade da barra de tarefas, tratemos agora de solucionar seu misterioso

desaparecimento. Tal situação decorre da configuração de uma propriedade chamada "auto-ocultar". Se esta propriedade estiver ativada, o Windows esconde a barra de tarefas após um curto período de inatividade. Quando o mouse é posicionado no local onde a barra de tarefas estava (geralmente na base da tela), ela ressurgiu com toda sua funcionalidade.

Há quem goste da propriedade "auto-ocultar". Todavia, para a maioria dos usuários, esta configuração mais atrapalha que ajuda, havendo uma preferência por deixar a barra de tarefas permanentemente visível na área de trabalho.

Para isso, clique com o botão direito sobre ela e selecione *Propriedades*. Em seguida, desmarque a opção "Ocultar automaticamente a barra de tarefas" e clique em OK (conforme a figura 2).

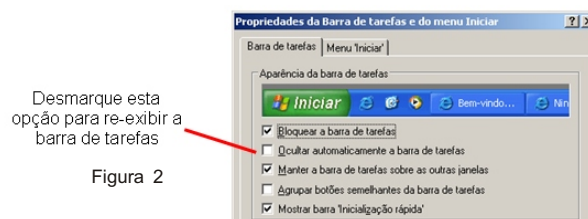


Figura 2

Pronto, a barra de tarefas reaparecerá na sua área de trabalho.

Existem ainda outras propriedades interessantes da barra de tarefas que vale a pena conhecer. A primeira delas, "Bloquear a barra de tarefas", serve para fixar a barra de tarefas na área de trabalho, impedindo que ela seja reposicionada em outro ponto da tela. Após a configuração, o ícone é exibido ao lado do botão "Iniciar" indicando que a barra foi bloqueada. A propriedade "Manter a barra de tarefas sobre as outras janelas" permite que a barra de tarefas seja exibida mesmo quando um programa for aberto numa janela maximizada. A última delas, "Agrupar botões semelhantes da barra de tarefas", permite que o Windows agrupe num único botão, botões referentes ao mesmo programa (Figura 3), racionalizando a exibição destes itens na barra de tarefas.

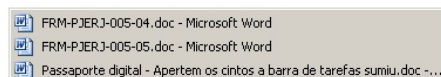


Figura 3

A partir de hoje, com o que aprendemos sobre a barra de tarefas, você com certeza gerenciará seus programas com mais eficiência e facilidade.

## COMES E BEBES

Ivan Lindenberg Junior

Coluna dedicada aos amantes do vinho e da boa mesa

### Reconhecendo um vinho - considerações finais



**A**pós falarmos isoladamente de cada aspecto (visual, olfativo e gustativo) que influencia no reconhecimento de um vinho, vamos consolidar esses conhecimentos, fazendo uma conexão entre eles e passando mais algumas dicas sobre o assunto.

Proponho, então, uma pergunta que alguns esperariam que tivesse sido feita quando comecei a tratar sobre reconhecimento de um vinho.

Por que ou para que reconhecer um vinho?

Existem várias razões. Para os mais entendidos e experientes, serve para avaliar um vinho. O reconhecimento pode ser feito “às cegas”, gíria que no mundo dos enófilos significa que está se tentando identificar um vinho sem ver a garrafa. Neste caso, tenta-se descobrir o tipo de uva utilizada, ou a idade, usando características comuns a algum tipo de uva ou vinho.

Para as pessoas menos experientes, o reconhecimento terá um objetivo mais simples, mas de vital importância para apreciarmos o vinho que iremos beber: se o vinho está bom ou ruim para beber. Outro resultado, o indireto, é se ele está novo, ou já amadureceu, se mantém as suas propriedades, ou se está deteriorado, e assim por diante.

Por uma questão didática os aspectos de reconhecimento de um vinho são mostrados isoladamente, mas a prática não deve ser assim.

Resumindo: olhe, cheire e prove!

O que você enxergar lhe dará um indício de como está aquele vinho, mas a visão pode ser iludida. Já o aroma poderá aumentar o grau de certeza, porém a prova final será o paladar.

O vinho é como um ser vivo. Ele nasce com a fermentação, evolui, amadurece e morre. É o seu envelhecimento.

Neste período de existência, ele é ameaçado por

vários inimigos: variações de luminosidade, temperatura, movimentação, etc. E a maioria está ligada à má conservação.

Os inimigos do vinho podem alterar alguns aspectos e manter outros, comprometendo a avaliação.

Um vinho pode, por exemplo, ter sofrido a ação do calor, mantendo a sua cor, mas alterando o cheiro e o paladar, ou apenas o último. Em alguns casos, todos os aspectos são modificados por uma ação sobre a garrafa.

Quando falei dos aspectos visuais, observei que os vinhos novos têm cores vivas. Os brancos, normalmente, um amarelo claro brilhante, e os tintos, um vermelho rubi ou violáceo. Isso indica um vinho novo, mas também comporta exceções.

Nos aspectos olfativos, por sua vez, você pode sentir o cheiro de frutas frescas, que também serve para indicar que o vinho é novo, e, da mesma forma, pode se enganar.

As variáveis que definem isso são muitas, e só com a experiência serão percebidas. Contudo, para se ter mais segurança é preciso que o vinho passe pelo teste dos três aspectos, em que todos apontem para o mesmo resultado.

Portanto, depois da teoria, a melhor coisa é a prática, pois só ela trará a experiência e dará segurança no reconhecimento e avaliação dos vinhos.

Para aqueles que gostam do vinho, não só pelo prazer de bebê-lo, é um exercício interessante. Comece com um objetivo simples: descubra se o vinho está bom ou não. Passada essa etapa, passe para a descoberta dos aromas e gostos.

Não deixe de praticar. Você pode fazer disso um *hobby* fantástico, mas cuidado para não se tornar um “enochato”. Use o bom senso! Na próxima coluna darei mais dicas sobre o envelhecimento do vinho.

Até a próxima e saúde!

[Retorna à página inicial](#)